

Governo trabalha em novo desenho para a área nuclear, afirma Moreira

Por Andrea Jubé, Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, quer um novo desenho para a área nuclear do governo. Ele está convencido de que hoje existe uma sobreposição de estruturas. São muitos órgãos e autarquias, espalhados por vários ministérios diferentes, com funções parecidas e duplicidade de gastos: Eletronuclear, Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e estruturas subordinadas ao Comando da Marinha.

"É irracional", disse Moreira, em entrevista ao Valor. "Você tem diversas empresas do governo, uma vendendo para outra, pagando impostos, produzindo, o que é um negócio despropositado", completou o ministro. "Hoje uma parte está aqui [em Minas e Energia], outra na Ciência e Tecnologia, outra na Marinha. Tudo isso tem que estar num canto só."

Além da Eletronuclear, que opera as usinas do complexo de

Angra dos Reis (RJ), a Nuclep projeta e fabrica bens de capital no setor. A INB se dedica à mineração, ao enriquecimento do urânio e à montagem do combustível que abastece os reatores. Já a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) pesquisa a aplicação de técnicas nucleares e regula o uso da energia no país. Enquanto isso, a Marinha tem um programa nuclear próprio, com o desenvolvimento do submarino de propulsão atômica como auge.

Esse redesenho mencionado pelo ministro está a cargo de um grupo recém-criado, sob coordenação do general Sérgio Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Moreira também pediu o envolvimento do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, nos trabalhos. A intenção é fazer a reestruturação ainda neste ano, aproveitando que a Eletronuclear precisará ser segregada da Eletrobras antes de sua privatização, por causa do monopólio constitucional dado à União para a geração de energia nuclear.

Moreira tem pela frente, nos próximos meses, outros desafios para resolver no setor. Um deles é a tarifa da usina nuclear de Angra 3, que está paralisada desde 2015, com 63% de suas obras executadas. Para que a Eletronuclear possa ser separada da holding, ela não pode estar com prejuízo contábil. E só sai do prejuízo com uma atualização da tarifa para patamares compatíveis com os padrões internacionais. Hoje o valor do megawatt-hora está em cerca de R\$ 240. A média global é praticamente o dobro disso.

Outra possibilidade de sanear as contas da Eletronuclear está em uma emenda que o relator da MP 814, deputado Julio Lopes (PP-RJ), pretende incluir no texto original da medida provisória em tramitação no Congresso. Pela emenda, as receitas obtidas pela usina binacional de Itaipu deixariam de entrar no caixa da Eletrobras e passariam à Eletronuclear.

Hoje à tarde, Moreira participa de sua primeira reunião com o grupo interministerial que discute a revisão do contrato pelo qual o governo





cedeu à Petrobras o direito de explorar cinco bilhões de barris no pré-sal. Dessa vez, os ministros - Eduardo Guardia (Fazenda) e Esteves Colnago (Planejamento) - vão participar, além do presidente da estatal, Pedro Parente. É um sinal do esforço para viabilizar um megaleilão com os excedentes da chamada cessão onerosa.

Moreira evita, no entanto, criar expectativas no plural. "Prioridade é uma palavra no singular", diz o ministro, dando ênfase total na privatização da Eletrobras.

De acordo com ele, o presidente Michel Temer conversou no fim de semana com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para desfazer um mal entendido sobre o decreto que inclui a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND). "Estavam achando [os parlamentares] que queríamos fazer uma esperteza", comentou o ministro, lembrando que o único objetivo do ato era liberar a contratação de estudos.

Questionado se o decreto presidencial sairia finalmente nesta semana, Moreira adotou um tom

menos taxativo do que dias atrás: "Espero que sim". Ele preferiu não opinar sobre o calendário da capitalização e nem sobre estimativas de valores. "Os estudos servem exatamente para isso."

No início do ano, enquanto esteve à frente da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira manifestou preocupação com a eficiência da regulação de preços dos combustíveis a partir da entrada em vigor da nova política de preços da Petrobras nas refinarias.

Naquela ocasião, o ministro dizia que as reduções oferecidas talvez não estivessem chegando às bombas de combustíveis. Entre as possibilidades levantadas estava a prática de cartel. Agora, Moreira afirmou que continuam as interações com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mas com suspeitas menores sobre a questão concorrencial. Para ele, o maior problema está nos tributos federais e estaduais. "Sobre bem essencial, há uma presença excessiva [da tributação] dos Estados e da União. Passa por uma taxaço muito violenta."

TCU deverá liberar recursos de fundo de telecomunicações para "regra de ouro"

Por Murillo Camarotto | De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) deve autorizar na próxima quarta-feira o uso de parte dos recursos do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel) no cumprimento da chamada "regra de ouro" das contas públicas. Conforme apurou o Valor, a operação já conta com o aval da área técnica do TCU e do ministro relator, Vital do Rêgo.

As receitas do Fistel têm origem principalmente nas concessões, permissões e autorizações para a exploração de serviços de telecomunicações, bem como em taxas e multas de fiscalização. O fundo recebeu R\$ 2,3 bilhões em 2017, segundo dados da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel).

O Fistel foi criado na década de 60 e, inicialmente, deveria ser usado

exclusivamente para pagar despesas do governo na fiscalização de empresas do setor. Com o passar do tempo, no entanto, os recursos foram ganhando novas destinações - como a Anatel, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e até o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

A Lei 11.943/2009 autoriza o uso do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro para o pagamento da dívida mobiliária federal. A legislação, entretanto, não se aplica ao Fistel, cuja destinação só poderia mudar mediante previsão na própria lei do fundo.

O TCU entendeu, porém, que a lei, no artigo 3º, prevê o Tesouro como beneficiário de parte dos recursos do Fistel. "Nada impede que o Tesouro Nacional (...) sirva-se dos recursos do superávit financeiro do Fistel para realizar o pagamento da dívida mobiliária federal", entendeu a área técnica. A única ressalva do TCU foi de que o

uso do dinheiro do Fistel não prejudique o equilíbrio orçamentário e financeiro da Anatel.

A consulta sobre o Fistel foi feita pelo Ministério do Planejamento na mesma época de outras duas que tratam de tema semelhante. Uma delas pergunta sobre a possibilidade de usar parte dos recursos oriundos de royalties do petróleo e gás natural e outra, mais genérica, questiona sobre o aproveitamento do superávit financeiro do Balanço Patrimonial da União. As duas consultas estão na área técnica, mas a tendência é que também recebam sinal verde do órgão.

Dados da Anatel indicam que o superávit financeiro do Fistel alcançavam, em dezembro de 2016, R\$ 8,4 bilhões. A insuficiência estimada neste ano com a regra de ouro é de R\$ 208,6 bilhões, mas o número ainda será ajudado pelos R\$ 130 bilhões a serem pagos pelo BNDES ao Tesouro neste ano. (Colaborou Fábio Pupo, de Brasília)

Fazenda tem equipe com perfil mais liberal desde governo FH

Mansueto, novo secretário do Tesouro, participou de projetos do PSDB

Bárbara Nascimento

-Brasília- O Ministério da Fazenda anunciou ontem Mansueto Almeida como novo secretário do Tesouro Nacional. Com a escolha, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, confirma a equipe de perfil mais liberal à frente da pasta desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Mansueto substituiu Ana Paula Vescovi, que saiu do posto para a secretaria executiva do ministério.

Tanto o secretário como o chefe da pasta tiveram, em sua história, relações com governos do PSDB. Mansueto, por exemplo, teve papel ativo na equipe montada por Arminio Fraga e que deu apoio econômico à candidatura de Aécio Neves nas eleições de 2014.

O próprio Guardia já ocupou posições estratégicas em governos tucanos. Foi secretário do Tesouro de Fernando Henrique Cardoso e ficou à frente da Secretaria de Fazenda no governo Geraldo Alckmin. Em sua posse, na semana passada, o ministro contou com um time de peso na plateia: o ex-ministro

da Fazenda Pedro Malan, o ex-secretário executivo da pasta Amaury Bier e o ex-ministro do Planejamento Martus Tavares.

À FRENTE DA PRIVATIZAÇÃO DALOTEX

Agora número dois de Guardia, Ana Paula também tem um histórico liberal e fiscalista. A secretária-executiva do ministério foi assessora no gabinete do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ela é conhecida por ser dura nas negociações, sobretudo nas discussões sobre socorro financeiro aos estados.

Guardia sabia que seria difícil tirar uma pessoa do mercado para ocupar o Tesouro após a decisão de deslocar Ana Paula para a secretaria-executiva. Isso porque, com as eleições de outubro, o ministro só tem como certos os próximos nove meses à frente da Fazenda. Assim, buscou uma solução interna. Mansueto já integrava a equipe na gestão Henrique Meirelles, à frente da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel). Ele chegou a ser cotado para ocupar o Ministério do Planejamento e a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na Sefel, Mansueto passou os últimos meses focado na privatização da Lotex, que comanda as chamadas raspadinhas. Chegou, inclusive, a ir a Las Vegas para discutir a concessão. A venda, contudo, ainda não saiu. A Sefel passará a ser comandada pelo economista Alexandre Manoel Angelo da Silva, que já atuava como subsecretário de Mansueto.

Mansueto é mestre em Economia e técnico de planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele já havia atuado no Ministério da Fazenda entre 1995 e 1997, no governo Fernando Henrique, como coordenador-geral de política monetária e financeira da Secretaria de Política Econômica. Também foi da Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo do Senado Federal. Em 2014, atuou como consultor privado, mas voltou ao serviço público em 2016.

O ministro da Fazenda também decidiu indicar Ariosto Antunes Culau para o cargo de secretário-executivo adjunto, no lugar de Daniel Alves. Segundo a Fazenda, ainda não foi decidido se Alves deixará o ministério.

Governo federal quer pente-fino em benefícios sociais

Preocupado com a situação das contas públicas, o governo federal busca fortalecer e acelerar a revisão de benefícios sociais.

O Ministério do Planejamento apresentou nesta segunda-feira (16) uma plataforma de cruzamento de informações de diversas bases do governo federal.

A ideia é usar o sistema para fazer um pente-fino constante nas informações dos beneficiários.

"O governo hoje tem uma situação em que precisa olhar para despesas que ele faz para garantir que os recursos, cada vez mais escassos, estejam sendo bem alocados", afirmou o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

O programa, chamado Gov-data

e feito em parceria com Dataprev e Serpro, junta dados como os de emprego (Caged e Rais), o controle de óbitos e informações sobre as famílias que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A intenção, segundo Colnago, é reduzir de cerca de um ano para 90 dias o tempo entre a identificação do pagamento indevido e o cancelamento.

O BPC é o benefício assistencial pago a pessoas com deficiência ou com mais de 65 anos que tenham renda familiar per capita de até 25% do salário mínimo.

O governo identificou 151 mil beneficiários com renda acima do critério de concessão. O potencial de economia é de R\$ 1 bilhão até o fim de 2019.

Para analistas, já não há espaço para a Fazenda avançar

Na perspectiva do mercado, equipe econômica foi blindada na reforma, mas não vai aprimorar o fiscal

Da longa lista de 15 medidas que ajudariam as contas públicas, a projeção é que não saia do papel nenhuma

FLAVIA LIMA

DE SÃO PAULO

A equipe econômica saiu blindada das mudanças causadas pela entrada do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles no jogo eleitoral, mas tem condições de avançar pouco nos temas que interessam ao mercado, avaliam analistas.

Especialistas festejam a continuidade na área econômica como uma barreira importante a qualquer guinada na condução da política econômica, como uma elevação súbita do gasto público para alavancar uma candidatura governista.

Ao mesmo tempo, são cada vez mais raras as apostas de que o grupo técnico vai conseguir tirar alguma medida relevante de um Congresso que só pensa em eleições.

O próprio mercado financeiro vai, aos poucos, virando a página, reagindo mais ao sabor dos temores relacionados às eleições do que algum tipo de expectativa sobre esse governo, como visto na Bolsa nesta segunda (16).

"O governo delimitou uma área importante e sinalizou que não vai haver mudanças na política econômica, o que significa segurança para investir", diz o analista Erich Decat, analista político da XP Investimentos.

Decat se refere especialmente à trinca formada pelo novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, a número dois do ministério, Ana Paula Vescovi, e ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, além de Esteves Colnago, à frente do Planejamento,

Decat reconhece, porém, de que há dúvidas com relação ao jogo de cintura do grupo para fazer avançar pautas importantes.

Daquela longa lista de quinze medidas econômicas apresentadas pelo governo no fim de fevereiro, três delas vinham sendo acompanhadas com lupa pelo mercado porque poderiam trazer um volume considerável de receita adicional: a privatização da Eletrobras, a desoneração da folha de salários e o projeto que institui um teto remuneratório para todo o funcionalismo público, coibindo os chamados "supersalários".

Mas as notícias mais recentes decepcionaram. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), tem dito a um grupo de interlocutores que está difícil votar a reoneração da folha e que o Congresso não quer debater o caso Eletrobras.

A própria equipe econômica aponta dificuldades nesse sentido.





Uma fonte da área reconheceu que esse será um ano difícil no Congresso, mas que Fazenda e Planejamento estão bem alinhados para barrar qualquer retrocesso.

Em resumo, como gosta de dizer Meirelles, a equipe parece centrar mais esforços em continuar dizendo não ao que enxerga como inviável do que em conseguir um sim do Congresso para aquilo que considera relevante.

Um analista destaca que, se Meirelles, visto como um quadro com perfil mais político do que Eduardo Guardia, não tinha muito trânsito no Congresso, o que esperar do próprio Guardia. Muito pouco, diz ele.

Nas entrevistas dadas por Guardia ao longo do fim de semana, outro analista destaca a parte em que diz considerar a privatização da Eletrobras importantíssima, mas não pela questão fiscal.

Isso porque o governo não precisaria desses recursos para fechar as suas contas neste ano—sobram, na verdade, mais de R\$ 90 bilhões para gastos. Para essa fonte, é como se essa equipe tivesse dado o seu trabalho por encerrado. O governo praticamente acabou, diz.